



Anais da Assembléia

Nº 149

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1975

ANO I

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Accioly Netto

Vice: Waldenício Barbalho

Membros Efetivos:

ARENA — Fabiano Braga Cortes, Accioly Netto, Dácio Leonel, Ezequias Losso, Luiz Roberto Soares, Ivan Rüppel.

MDB — Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Waldenício Barbalho, Enéas Faria, Adalberto Daros.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Jurandir Messias, Basílio Zanusso, Wilson Fortes, Jorge Sato, Werner Wanderer, Luiz Alberto Oliveira.

MDB — Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk, Otássio Pereira.

Secretário: Rita Celestino Soares.

Reuniões: 4ªs feiras, após a Sessão plenária.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente: Quielse Crisóstomo

Vice: Lúcio Machado

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Quielse Crisóstomo, Gilberto Carvalho, Aragão de Mattos Leão, Gabriel Manoel.

MDB — Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Luiz Roberto Soares, Accioly Netto, David Federmann, João Cioni Netto.

MDB — Domício Scaramella, Edilson Alencar.

Secretário: Teresinha Barbosa Moura e Claro.

Reuniões: Coordenadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Presidente: Egon Pudell

Vice: Jayme Rodrigues Carvalho

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Egon Pudell, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto.

MDB — Domício Scaramella, Jayme Rodrigues Carvalho.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Alfredo Gulin, David Federmann, Ivan Rüppel.

MDB — José Domingos Scarpelini

Secretário: Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões: Coordenadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Presidente: Aragão de Mattos Leão.

Vice: Ernesto Dal'Oglio

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Quielse Crisóstomo, David Federmann, Aragão de Mattos Leão

MDB — Ernesto Dal'Oglio, José Domingos Scarpelini.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Luiz Roberto Soares, Gabriel Manoel, Ezequias Losso.

MDB — Otássio Pereira.

Secretário:

Reuniões: Coordenadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TURISMO

Presidente: Nelson Buffara

Vice: Gilberto Carvalho

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Wilson Fortes, Jurandir Messias, Gilberto Carvalho.

MDB — Adalberto Daros, Nelson Buffara.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Quielse Crisóstomo, Werner Wanderer, João Cioni Netto.

MDB — Ernesto Gnoato

Secretário: Maria Stella Maeder do Amaral Gurgel.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Presidente: Jorge Sato

Vice: Antonio Facci

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Fuad Nacli, Wilson Fortes, Jorge Sato, Egon Pudell.

MDB — Antonio Facci, Trajano Bastos, Domicio Scaramella.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Luiz Alberto Oliveira, Ivan Rüppel, Lázaro Dumont, Rosário Pitelli.

MDB — Valter Pietrângelo, Deni Schwartz.

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Luiz Alberto Oliveira

Vice: Otássio Pereira

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Luiz Alberto Oliveira, Alfredo Gulin, Lázaro Dumont.

MDB — Ernesto Dal'Oglio, Otássio Pereira

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Basílio Zanusso, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

MDB — Lúcio Machado.

Secretário: Marlene Couto de Cristo.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Presidente: Rosário Pitelli

Vice: Nelson Buffara

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Jurandir Messias, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

MDB — Edilson Alencar Barbosa, Nelson Buffara.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Gabriel Manoel, Egon Pudell, Gilberto Carvalho.

MDB — Osvaldo Macedo
Secretário: Maria Aparecida Amaral
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE POLÍCIA

Presidente: Werner Wanderer
Vice: Jayme Rodrigues de Carvalho
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Rosário Pitelli, Werner Wanderer, João Cioni Netto.
MDB — Jayme Rodrigues de Carvalho, Nilso Sguarezi.
MEMBROS SUPLENTEs:
ARENA — Wilson Fortes, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso.
MDB — Hélio Manfrinato.
Secretário:
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Basílio Zanusso
Vice: Lineu Turra
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Basílio Zanusso, Francisco Scorsin, Luiz Alberto Oliveira.
MDB — Lineu Turra, Osvaldo Macedo.
MEMBROS SUPLENTEs:
ARENA — Wilson Fortes, João Cioni Netto, David Federmann.
MDB — Valter Pietrângelo.
Secretário: Lélío Guimarães Sotto-Maior
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Presidente: Francisco Scorsin
Vice: Ernesto Gnoato
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Basílio Zanusso.
MDB — Ernesto Gnoato, Hélio Manfrinato.
MEMBROS SUPLENTEs:
ARENA — Werner Wanderer, Aragão Mattos Leão, Ivan Rüppel.
MDB — Domício Scaramella.
Secretário: José Tavares Canto Filho

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Presidente: Alfredo Gulin
Vice:
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Alfredo Gulin, David Federmann, Fuad Nacli.
MDB — Lineu Turra, Valter Pietrângelo.
MEMBROS SUPLENTEs:
ARENA — Egon Pudell, Jorge Sato, Francisco Escorsin
MDB — Jayme Rodrigues de Carvalho.
Secretário: Roberto Diniz Satyro
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Presidente: Jurandir Messias
Vice: Benedito Lúcio Machado
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Fabiano Braga Cortes, Gabriel Manoel
M.D.B. — Nelson Buffara
MEMBROS SUPLENTEs:
ARENA — Dácio Leonel, Luiz Alberto de Oliveira, Accioly Neto.
M.D.B. — Antonio Facci
Secretário: Elza Carneiro Camargo
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: Ezequias Losso
Vice: Deni Schwartz
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Quielse Crisóstomo, Gilberto Carvalho
M.D.B. — Valter Pietrângelo
MEMBROS SUPLENTEs:
ARENA — Luiz Roberto Soares, João Cioni Netto, Aragão de Mattos Leão.
M.D.B. — Ernesto Gnoato
Secretário: Myrthes Magda Gomes
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 221ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Otássio Pereira e Ivo Thomazoni.

às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampão, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Adalberto Daros, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues de Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli,

Trajano Bastos e Waldenício Barbalho, (42) achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, David Federmann, Egon Pudell, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, João Cioni Netto, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

*Passa-se à
ORDEM DO DIA,
com a presença de 42 Srs. Deputados.*

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 285/75, veto apostado ao Projeto de Lei 189/74, de autoria do ex-Deputado Wilson Brandão, que dispõe sobre licenciamento ou afastamento de servidores do Estado no que tange o parágrafo 4º do artigo 9º, do Decreto 12.491, de 05 de outubro de 1968. Parecer da C.C.J., pela manutenção do Veto. Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 288/75

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 222ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1975
(Quarta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglío, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho (42); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, David Federmann, Egon Pudell, Wilson Fortes, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, João Cioni Neto, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O:

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º Secretário — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

MENSAGENS:

MENSAGEM 110/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 22 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Cente-

nário do Sul, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 111/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 14 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santo Antonio do Caiuá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 112/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 4 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Mandaguá, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 113/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 7 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Guaraci, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida

à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 114/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 7 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Colorado, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 115/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de UNIFLOR, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido Município.

O interesse público da aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 116/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de IGUARAÇU, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da matéria está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a

V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 117/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de MANDAGUARI, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 118/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de LOBATO, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 119/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de TAMBOARA, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 120/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de NOVA LONDRINA, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 121/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de LOANDA, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 122/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de PARAISO DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 123/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins cons-

titucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 124/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 125/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de INDIA-NÓPOLIS, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 126/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 13 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de PARA-

NAVAI, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 127/75.

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 14 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de LUIZOPOLIS, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 128/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 14 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de ALTO PARANÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 129/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 4 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Loanda, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda

da Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 130/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 4 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Alto Piquiri, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 131/75

Curitiba, 12, de novembro de 1975

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 7 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Icaraíma, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 132/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 4 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Pérola, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 133/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 4 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Florai, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência, os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 134/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 4 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Cruzeiro do Sul, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 135/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 14 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Luptonópolis, objetivando a elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 136/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 14 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 137/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de Convênio celebrado em 8 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de São João do Caiuá, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 138/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 6 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco", da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 139/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 4 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Goioerê, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a

V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 140/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 6 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Wenceslau Braz, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funciona o Ginásio Estadual e o Grupo Escolar "Sebastião Paraná" da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 141/75

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 6 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Ivatuba, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual "Clovis Beviláqua", da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Angelo Agostinho, ocorrido na cidade de Santo Inácio.

Foi o mesmo por duas vezes vice-prefeito daquele município, sendo que atualmente o cargo de vice-prefeito é ocupado por seu filho Ismael Antonio Agostinho.

Com seu desaparecimento perde Santo Inácio uma das figuras que mais trabalhou pelo seu desenvolvimento e pela causa de sua gente.

Requerendo assim, a inserção do presente voto de pesar.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, um voto de profundo pesar pelo falecimento de Antonia Maria de Siqueira, ocorrido em 10 do corrente mês, na cidade de Jaboti, neste Estado, a extinta era genitora do Vereador Aparecido Benedito de Siqueira — Câmara Municipal daquele município.

Da manifestação desta Assembléia Legislativa, solicitamos seja dado conhecimento à família, enlutada e à Câmara Municipal do município de Jaboti.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1975.

a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer ouvido o plenário, manifestação de aplauso e congratulação ao doutor Cândido Manoel Martins de Oliveira, pela maneira patriótica com que orientou o seu programa de televisão, em data de hoje, pelo Canal 4 — TV Iguaçu, quando com muita felicidade significou as realizações do Governo Revolucionário, referindo-se à importância de estarmos vivendo em um clima de ordem, tranquilidade e paz social.

Outrossim, aprovado o presente, requer se dê ciência do mesmo ao citado comentarista, bem como, ao Diretor Presidente da referida emissora de TV, desta Capital.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1975.

a) LEOPOLDO JACOMEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. Gen. Dirceu Araujo Nogueira, DD. Ministro dos Transportes, ao Exmo. Sr. Osiris Stenghel Guimarães, DD. Secretário de Estado dos Transportes e ao Exmo. Sr. Dr. Ademar Ribeiro da Silva, DD. Diretor do DNER, com sede no Rio de Janeiro, solicitando a construção de um trevo na Rodovia que liga Campo Mourão a Cascavel, no distrito da Penha, pertencente à este último município.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A rodovia que liga Campo Mourão a Cascavel, segue seu curso por dentro desta última cidade, causando transtornos ao tráfego de veículos e oferecendo constante perigo à população local, principalmente àquela do distrito da Penha.

A solução para este sério problema, é a construção imediata de um trevo naquele local.

Para isso, solicitamos a atenção das autoridades federais e estaduais responsáveis pelo setor de transportes, as quais dos meios necessários dispõem para realizar a obra que ora se pleiteia.

Sabedores de que estão sendo envidados esforços para a conclusão da referida rodovia, o momento parece-nos oportuno para pedir que se inclua no plano de obras da referida estrada a construção do trevo na altura do distrito da Penha, na cidade de Cascavel.

O contínuo e crescente movimento de veículos nas diversas estradas que cortam Cascavel torna cada vez mais necessário que se discipline a entrada e saída da cidade, através de construção de viadutos ou trevos, como se pretende no presente caso.

Essa progressista cidade do oeste paranaense espera um atendimento para a sua justa aspiração, que coincida com as exigências da preservação da integridade física dos que por ali transitam. Aliás, a projeção sócio-econômica regional, agora equacionada com essa BR-369, propiciou uma múltipla dimensão dos centros urbanos e rurais, movimentando a demografia e a reação consequente dos fatores econômicos do Estado e da União.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto plenário, requer seja oficiado, em forma de sugestão, aos Exmos. Srs. Governador do Estado, Secretário da Agricultura, para que determine com a máxima urgência o levantamento, estudo e projeto para implantação e aproveitamento de terras nos municípios de Bituruna, Porto Vitória e Cruz Machado.

O clima daquela região, adapta-se ao plantio de macieiras, videiras e outras espécies.

O Banco do Brasil, após projeto elaborado através da Secretaria da Agricultura, poderá financiar a longo prazo, este investimento.

O mar verde, hoje, está desaparecendo, diariamente, que é do conhecimento das autoridades, sem que planos para o futuro sejam fixados para enraizar os nossos colonos à terras.

Se medidas saneadoras e urgentes não forem tomadas para fixar o homem no campo, brevemente as terras Biturunenses e a região transformar-se-ão em campos para criação de caprinos.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. a designação de dois Senhores Deputados para representar esta Assembléia, no Simpósio sobre Política Urbana, promovido pela Fundação Milton Campos, órgão da Aliança Renovadora Nacional, o qual será realizado em Brasília, nos dias 25, 26 e 27 do mês corrente.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1975.

a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO:

Que o Estado do Paraná, no seu meio rural, não possui uma eletrificação condizente com as necessidades reais de uso;

Que a eletrificação rural, implantada através de Cooperativas, com raríssimas exceções, deixa muito a desejar, tanto pelo sistema de aproveitamento como de rentabilidade;

Que o homem do campo não possui condições financeiras para arcar, com sua parte, na consecução dos programas de eletrificação rural atuais;

Que se faz necessário uma infraestrutura que permita uma eficaz eletrificação nas zonas rurais de nosso Estado, com a

decorrente valorização das mesmas e o retorno a médio prazo do investimento programado, requer, após ciência e aprovação do plenário, seja enviada sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Jayme Canet Jr., propondo a criação da ERUPAR S/A. — Eletrificação Rural do Paraná Sociedade Anônima, sociedade de economia mista, que com suas especificações, segue em esboço de anteprojeto, anexo a este requerimento e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

ANTEPROJETO DE LEI

O Governador do Estado do Paraná ...

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a promover a constituição, por tempo indeterminado, de uma sociedade anônima de economia mista, que se denominará ERUPAR S/A. — Eletrificação Rural do Paraná Sociedade Anônima, vinculada à Secretaria de Administração, e que terá por objeto, promover e explorar a eletrificação rural do Estado do Paraná.

Art. 2º — A Sociedade será administrada por uma Diretoria, cuja composição e atribuições serão regidas estatutariamente.

Art. 3º — O capital social inicial da ERUPAR S/A, será assim constituído:

a) pelos bens e direitos, móveis e imóveis de propriedade do Estado, que integram o setor de eletrificação rural, para este fim, desincorporadas de seu patrimônio;

b) pelas subscrições dos órgãos da administração indireta, bem como de particulares.

§ 1º — Na composição do capital, inicial, ou subsequente, será assegurada ao Estado a participação majoritária com direito a voto.

§ 2º — O capital subscrito pelo Estado, poderá, em qualquer instante, se conveniente, ser transferido à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL.

Art. 4º — Em decorrência da criação da ERUPAR S/A., ficam extintos todos os órgãos da administração estadual que correspondem na parte relativa ao objetivo da empresa.

Art. 5º — Os servidores da ERUPAR S/A., serão regidos pela legislação trabalhista.

Art. 6º — Serão transferidos à ERUPAR., os direitos de que for titular o Estado, por força de convênios, contratos ou ajustes celebrados com órgãos do Poder Público, cooperativas e pessoas naturais ou jurídicas, desde que tenham por objetivo a eletrificação rural.

Art. 7º — A promoção necessária dos atos à constituição desta sociedade, incumbe à Secretaria de Administração, por seu titular, ou, por delegação deste, a uma comissão especial.

Art. 8º — O tombamento dos bens e direitos a que se refere o art. 3º, para fins de conferência e incorporação à ERUPAR S/A, será feito por uma comissão designada pelo Secretário da Fazenda.

Art. 9º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 171/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado o município de Três Barras, com território desmembrado do município de Catanduvas, com as seguintes divisas:

"Ao norte, com a divisa da gleba Andrada com a Colônia Adelaide; ao Sul, com o Rio Iguaçu; a leste, com o Rio Guarani e a oeste, com o rio Tormenta".

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1975.

a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

O atual distrito de Três Barras, vem apresentando um desenvolvimento dos mais destacados dentro do nosso Estado, comportando a sua elevação para a categoria de município. Tanto a agricultura, a pecuária e o comércio, ali tem prosperado e desenvolvido aquela região, motivo pelo qual estamos apresentando esta proposição que, temos certeza, contará com o apoio dos nobres pares com assento aos justos reclamos da população de Três Barras.

Em anexo, abaixo assinado de eleitores residentes em Três Barras, solicitando a elevação do distrito a município e o mapa de sua delimitação.

PROJETO DE LEI Nº 172/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Caxiense de Mútuo Socorro, com sede na cidade de Caxias do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1975.

a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública presta, inegavelmente, relevantes serviços à comunidade. Pela documentação apresentada, verifica-se que a sua Diretoria não recebe qualquer remuneração, não visa lucros e nem distribui dividendos.

Releva notar que esta entidade tem uma filial instalada nesta cidade de Curitiba e conta com grande número de associados no Estado do Paraná, o que se comprova por uma extensa relação anexa a este processo.

Todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria estão plenamente satisfeitos. Sendo assim, oferecemos este plano de lei à apreciação desta Casa, esperando a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — (Lendo):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Voltam-se reverentes os olhos dos brasileiros para o pavilhão nacional, símbolo auriverde da esperança, da soberania, da crença no futuro da Pátria.

Sintetizam as bandeiras, pelos seus desenhos, símbolos armas e cores, as características e índoles dos povos.

Quantos pavilhões enodoaram nações ao desfraldar os símbolos de sua soberania, para verter sangue fraterno ou subjugar a liberdade de povos vizinhos.

Quantas bandeiras foram desfraldadas não para defender a fronteira, mas com o espírito guerreiro, não para comungar propósitos altruísticos, mas para saciar sanhas egoístas, não para semear a fraternidade, mas para disseminar o ódio.

Erguem-se pavilhões altaneiros, livres do desvario, isentos de máculas de sangue, desarmados de ambição, para testemunhar

a beleza e a grandeza de povos livres e soberanos.

Desfraldam-se bandeiras para a luta em prol do homem, em prol do seu bem estar, em prol da humanidade inteira. É a bandeira nacional o símbolo da Pátria.

A Pátria é o solo cujo seio sustenta a planta e fornece o alimento, é o céu cujo azul deleita os olhos e cuja tormenta apavora, é a floresta de matas com seu verde e a floresta das cidades com seu colorido de concreto, é o mar com sua potência e esplendor a deixar a criatura humana atônita, é a gente que labuta, que estuda, que constrói a história, é a tradição e cultura efixada em templos e mausoléus, no canto e folclore populares, na literatura e poesia, é a bravura do soldado no campo de batalha pela liberdade.

Tudo é isto Pátria. Tudo isto está sintetizado na Bandeira.

Há pavilhões tintos de sangue, há pavilhões envoltos com a mortalha da dor, há pavilhões comprometidos com a injustiça, há pavilhões que envergonham civilizações.

Só o apátrida não tem bandeira. Mesmo os que no tervelhinho da História tiveram a desgraça de ver o pendão nacional banido, guardam em seu coração a imagem daquele símbolo sagrado.

Choram por não possuírem sua bandeira alçada e desfraldada, mas cultuam-na.

Tremulam em nossos dias as bandeiras, embora indecisas umas, em farrapos outras, pelos quadrantes do globo.

A fraternidade preconizada pelos gênios da humanidade e significada pelos pendões pacíficos ainda não encontrou guarida entre o homem dessa era que ao par da conquista material, engendrou nova forma de opressão qual seja a econômica.

Entre os pendões que não distilam ódio, mas amor, que não espalham guerra, mas paz, que não desunem, mas procuram unir, que não buscam separar irmãos, mas confraternizá-los, que não oprimem, mas procuram distribuir justiça está o auriverde do Brasil.

Nas cores traduz as esperanças; nas estrelas vê-se os altos propósitos cristãos e nobres aspirações; no lema o objetivo de levar a todos os brasileiros o bem estar.

Pendão auriverde depositário das esperanças deste povo de formação democrática e pacifista.

À gloriosa Bandeira Nacional do Brasil, nesta data de seu culto, a mais entusiástica e patriótica saudação e reverência desta Casa Legislativa, através da bancada da ARENA".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, segundo orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo esta tribuna para requerer o envio aos Deputados Federais e Senadores de nossa bancada, da bancada do Paraná com assento no Congresso Nacional, no sentido de que haja um apoio amplo e irrestrito a dois projetos de lei que tramitam no nosso Congresso Nacional. Temos aqui no "O Estado de São Paulo", de alguns dias passados, sob a manchete "Pressão mantém anúncio" e eu gostaria de ler, nesta oportunidade:

(Lê): "Enquanto o Diretor do Instituto Nacional do Câncer Médico, Jayme de Marsillac, admitia, no Rio, que o Governo está sujeito a sofrer pressões por parte das indústrias de cigarros e bebidas alcoólicas, em Brasília alguns políticos reconheciam que o Projeto que proibe a propaganda de fumo e de bebida teve a sua tramitação suspensa temporariamente, no Senado, a pedido de uma emissora de televisão.

Aparentemente, segundo esses políticos, a emissora de televisão teme altos prejuízos com a proibição da propaganda de fumo e bebida em rádio e televisão, entre o horário de 22 horas às 5 horas da madrugada.

O nível da interferência seria junto aos líderes da Arena, os únicos em condições de colocar o projeto em compasso de espera. Além disso, o Senador José Sarney (Arena-MA), relator, que apresentara um parecer favorável ao projeto, nos termos do

substitutivo da Comissão da Saúde, mandou recolhê-lo e poderá alterá-lo. No caso de alteração no Parecer, provavelmente o Senador deverá fazê-lo em relação ao período em que é vedada a propaganda de fumo e bebida em rádio e televisão.

O diretor do Instituto Nacional do Câncer, médico Jayme Marsillac, ao comentar o veto da Arena ao Projeto, afirmou que essa decisão apenas confirmava que a Ciência vive regulada por interesses financeiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No momento em que as autoridades governamentais gastam dinheiro para impedir o consumo de tóxicos, no momento em que as autoridades gastam dinheiro para o Instituto Nacional do Câncer, no momento em que o Presidente desta Instituição numa luta inglória solicita às autoridades a aprovação do projeto em questão, não pode esta Assembléia se calar quando, de público, vem e diz como citei no jornal "O Estado de São Paulo, que o Governo está sofrendo pressão de uma emissora de televisão.

A continuar-se desta maneira, eu gostaria de perguntar por que não se permite também a propaganda da maconha, pois os efeitos a mais curto prazo, são os mesmos do fumo, e do álcool. Além disso, Sr. Presidente, em outra publicação do mesmo jornal "O Estado de São Paulo", diz o médico Jayme Marsillac, repito, Presidente do Instituto Nacional do Câncer, defendendo um outro projeto para as fábricas de cigarros, colocarem a exemplo dos Estados Unidos, o seguinte aviso impresso nos maços de cigarros: Isto dá câncer.

É outro Projeto que tramita no Congresso Nacional e para o qual, eu, através deste requerimento, com o apoio dos deputados desta Casa, estou a solicitar aos Deputados Federais do Paraná e aos Senadores paranaenses, amplo e irrestrito apoio.

Passo à leitura deste requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o envio aos Exmos. Srs. Senadores e Deputados Federais da Bancada do Paraná, de expediente solicitando o irrestrito apoio ao Projeto de Lei, em tramitação no Congresso Nacional, que proíbe a propaganda de fumo e de bebidas alcoólicas, bem como ao que obriga os fabricantes a colocação de um aviso impresso nos maços de cigarros, sobre o perigo do câncer.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1975.

a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

1 — Segundo a imprensa do País, está havendo forte pressão sobre os Parlamentares, por parte dos interessados, na não aprovação de tais projetos.

2 — A medida vem sendo defendida por amplas áreas do mundo científico brasileiro, especialmente pelo diretor do Instituto Nacional do Câncer, médico Jayme Marsillac que comenta notícias sobre o que seria um recuo do relator da matéria, Senador José Sarney, afirmou:

"Tal decisão apenas confirmaria que a Ciência vive regulada por interesses financeiros".

3 — Tais disposições legais são adotadas nos países mais adiantados do planeta.

4 — São também palavras do Presidente do Instituto Nacional do Câncer:

"Os cânceres do aparelho respiratório serão indiscutivelmente ligados ao cigarro, e em nove pacientes, pelo menos oito fumam.

Acrescenta ainda o Dr. Jayme Marsillac:

"A limitação da propaganda é fundamental, pois é óbvio que se começa a fumar por causa dela".

Sr. Presidente, quando o Governo Federal e o Governo Estadual empenham verdadeira luta no sentido de zelar pela

saúde do povo, não pode deixar esta Casa de se manifestar sobre o assunto em questão.

Obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, terceiro orador inscrito.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos sabem perfeitamente que as Companhias de Eletrificação, COPEL no Paraná, CELESC em Santa Catarina e CESP em São Paulo, estão subordinadas à legislação federal da ELE—TROBRÁS.

O Paraná é um Estado em que há concentração enorme de população rural e essa população se ressentida dos benefícios da eletrificação porque, em função da própria legislação federal, a COPEL, no caso concessionária de nosso Estado, não possui condições, não possui recursos para fornecer este tipo de eletrificação.

O que faz, então a COPEL? Incentiva a criação de Cooperativas. Em alguns municípios do Paraná, os resultados têm sido magníficos, como é o caso de Mal. Cândido Rondon.

No entanto, ao que nos parece, existem cooperativas em quatro municípios, funcionando em alta rotatividade. Nos demais municípios o lavrador se ressentida desses benefícios e não tem condições de efetivamente pagar a eletrificação rural.

Cabe ao Estado — em nosso entender — uma parcela muito grande no pagamento deste tipo de benefício porque como consequência da eletrificação rural, o progresso que se verifica na região atendida, redundará em maior arrecadação ao Poder Público Estadual.

Queríamos, Sr. Presidente, falar em nome de um de nossos companheiros que se viu envolvido por uma distorção de um dos órgãos desta Capital, que é o ilustre Deputado José Antonio Del Ciel, que não se encontrava na tarde de ontem neste Legislativo, e como consequência, não poderia, de forma alguma, ter apartado a um dos oradores que se fez presente nesta tribuna. Então, em nome daquele lídimo representante da cidade de Londrina, nosso grande companheiro Del Ciel, fica, através dos órgãos aqui credenciados, através do testemunho dos Srs. Deputados, e através do testemunho na ata de nossos trabalhos do dia de hoje, que o Deputado Del Ciel, não ofereceu, de forma nenhuma, apartes, a nenhum dos oradores que aqui se fizeram presentes, devido a sua ausência.

Queríamos que essa justificativa fosse feita, porque o envolvimento do nome daquele ilustre Deputado, fez com que passassem os seus companheiros por vários dissabores e também o Partido. E também, fica ressalvada sua posição com referência aos funcionários desta Casa.

Mas o que nos traz à tribuna na tarde de hoje, é rememorar o início do processo revolucionário nesta Pátria. O primeiro Presidente revolucionário, já falecido, Marechal Henrique de Alencar Castelo Branco fazia a sua pregação de que o seu governo, com o movimento revolucionário implantado naquela época de 64 neste País, iria fazer a paridade de vencimentos, porque este era um dos objetivos da Revolução de 64. Passou Castelo Branco, veio Costa e Silva, novamente referendando a paridade de vencimentos neste território. Passou Costa e Silva, também falecido. O novo Presidente revolucionário, o General Garrastazu Médici, fazia o referendado dos dois anteriores, e novamente no rol de trabalhos, na sua apresentação como mais alto chefe desta Nação, fazia nova pregação de que a paridade de vencimentos, logo que os estudos fossem feitos, estaria sendo implantada neste território. Passou Médici e aí está o novo Presidente deste País, o atual Presidente Ernesto Geisel. E nós que hoje, para felicidade do povo que representamos, estamos com o mandato de Depu-

tado Estadual, queríamos, nesta pouca representação que possuímos, cobrar do governo revolucionário as suas promessas para com o povo brasileiro.

Com relação a essas promessas iremos apresentar a este plenário e através da imprensa a esta Nação, dados baseados em fatos que todos conhecemos.

Recentemente nesta Casa aqui esteve o Sr. Secretário de Segurança deste Estado, demonstrando que o efetivo da Polícia Civil do Paraná está no caos, está à beira da falência. Falava aquela alta autoridade que os vencimentos atribuídos aos Delegados de carreira, as Agentes de carreira, enfim aos Agentes policiais lotados naquela Secretaria, não condiziam com aquilo que eles representavam no exercício de sua função. Apresentava inicialmente a S. Exa. o Sr. Jayme Canet e depois a nós Deputados de que havia necessidade de uma imediata reformulação nos vencimentos dos funcionários da Secretaria de Segurança. E nós, de viva voz, apartamos e expusemos aquilo que estamos fazendo na tarde de hoje.

O Comandante da Polícia Militar deste Estado, através da imprensa, a cada dia que passa mostra que há um grande número de solicitação de demissão por parte dos soldados lotados na Polícia Militar por não estarem satisfeitos com os vencimentos recebidos. Em razão disto eles abandonam a Polícia para ingressar em outras atividades particulares. Os oficiais dessa mesma corporação, possuidores de uma formação cultural quando dotados de Curso Superior, abandonam também os altos escalões da Polícia por falta de recursos financeiros e por falta de qualquer assistência por parte do Governo.

Na própria administração pública estadual, quando da presença dos Secretários de Estado nesta Casa, em contacto com todos os Srs. Deputados, demonstravam aqueles Secretários que a maior dificuldade da inclusão de mão-de-obra especializada na administração pública do Estado era, justamente, o que se referia aos vencimentos.

Temos, agora, conhecimento da situação aflitiva em que se encontra o Governo Federal. A diferença salarial verificada entre os servidores da administração direta e autárquica deste país, das empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações será apreciada pelo Tribunal de Contas da União. O Procurador Sebastião Afonso, homem que demonstrou ao Governo Federal a aflitiva situação em que se encontra a administração pública deste país, encaminhou uma recomendação ao Gabinete Civil da Presidência da República sobre a necessidade do cumprimento do princípio de paridade, estabelecido pela própria constituição do Brasil.

O Presidente do Tribunal de Contas da União, Batista Ramos, defendeu, ontem no Congresso Latino Americano, em Lima, a competência desses órgãos para fiscalizar os recursos públicos colocados em empresas multinacionais ou binacionais, destacando a importância da Lei 6223, deste ano, que institui a fiscalização nas empresas públicas e sociedades de economia mista, e fundações. Estas entidades movimentam recursos três vezes superiores, aos órgãos de administração direta, sejam eles federais e estaduais.

Mas o que nos prende, Srs. Deputados, a esta nota inserida no último domingo neste jornal "A Folha de São Paulo", de circulação nacional, fa zom que ... (Lê):

"Essa diferença salarial existente em certas categorias também em relação ao mercado de trabalho que levou o Governo a implantar o Sistema de Direção de Assessoramento Superior Especial, pois havia grande dificuldade exposta por vários ministros, em recrutar pessoas de alto nível para funções públicas. Houve até recusas de postos mais importantes para não sair de

entidades que pagavam mais, ainda que subordinadas à administração direta.

O Ministro Mário Renault Leite, ao examinar o processo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária ressaltou a situação de certos servidores que ganhavam mais do que o inspetor geral de finanças do Ministério da Agricultura, a quem tinham que prestar contas e que lhes era superior na escala funcional. Há no Tribunal a convicção de que diretores destas empresas, sociedades e fundações chegam a receber mais do que o Ministro de Estado.

A criação do DAS ESPECIAIS COM UMA REMUNERAÇÃO BEM SUPERIOR à vigente até agosto último, foi a primeira tentativa do Governo para evitar esta diferença salarial. Além de um reajustamento que se considera inevitável para todas as categorias de servidores incluindo civis e militares, no próximo ano o Governo vai partir para a sofisticação do Plano de Classificação de Cargos, a fim de adequar-se ao mercado de trabalho. O reajustamento que pode sair em breve, não seria o aumento de vencimentos concedidos anualmente".

Nesta tarde, Srs. Deputados, estamos situando que não somente aqui no Paraná onde fazemos assessoramento a uma apresentação política, o Governo se debate, principalmente os Srs. Secretários, com mão-de-obra à altura e principalmente qualificada, para desempenho de funções públicas. Somos testemunhas e toda a Imprensa o é, e o povo, de que, o mais alto Chefe desta Nação, uma das suas maiores obrigações como mandatário, é, realmente, unificar neste País, a paridade de vencimentos que é já meta da própria Constituição. E acreditamos que o atual Governo partindo do princípio de honestidade e principalmente do posicionamento honesto que é o de Ernesto Geisel, dará, à família brasileira, aos servidores públicos da União desta Confederação, a paridade tão reclamada, a paridade tão cobrada não por este Deputado mas, por diversos parlamentares em outras Assembléias e no próprio Congresso Nacional.

No entanto, nada se fez, nada se fez, neste sentido, muito embora em outros Estados do Brasil, os Governos estaduais, têm tomado a iniciativa de criarem órgãos específicos para este tipo de atendimento e, no Paraná, pelo menos isso não acontece, em alguns casos.

Nós apresentamos hoje, a título de sugestão a ser encaminhada ao Sr. Governador do Estado, a criação de uma companhia mista, em que o Estado seria majoritário, com objetivo fundamental de financiar e efetuar o pagamento nas extensões de eletrificação rural.

O Estado será ressarcido a curto prazo, e o dinheiro para o empréstimo é fornecido a longo prazo pelo BID, como informava o Deputado Lineu Turra, e naturalmente, em pouco tempo, como consequência do progresso trazido pela eletrificação rural, portanto, como via de consequência, de maior arrecadação, nos Estados, os empréstimos contraídos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, seriam pagos tranquilamente, sem problema algum, no orçamento estadual.

Deixo aos Srs. Deputados, a meditação, o debate desta sugestão, que por certo irá contribuir para um efetivo aceleração, de trazer a toda região rural paranaense, uma eletrificação almejada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, quarto orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Transcorre no dia de amanhã o 10º aniversário em que se implantava no País, a reorganização dos partidos

políticos. O Ato Institucional nº 2, provocou uma revolução, dentro da revolução, ao extinguir os partidos políticos. Em 20 de novembro de 65, o Mal. Castelo Branco, baixava o Ato Complementar nº 4, impondo aos membros do Congresso a "iniciativa de criação, num prazo de 45 dias, de agremiações que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituírem".

Às vésperas desse décimo aniversário que ainda não se pode precisar exatamente, seus frutos, volta ao debate político a reforma das duas agremiações. Dividem-se as opiniões sobre o bipartidarismo, entretanto, todos são unânimes em ver nas duas "organizações provisórias", embora com dez anos de vida de que há necessidade de uma nova formulação.

Não é fácil a análise de conjunto da situação. Todavia, não posso deixar de expor o meu pensamento, nesta hora e oportunidade em que se recorda a organização das legendas que levaram os significativos nomes, com relação à precariedade das bases em que se fundavam de "Aliança" e "Movimento" bem assim, quando volta à tona o debate de sua reformulação, inspirada pelo Governo, segundo tudo indica.

Se os antigos partidos políticos nasceram antes da vontade de controle do Poder Central, do que da inspiração ideológica, salvo algumas honrosas exceções, os atuais são frutos de necessidade de existirem legendas. Não podem ter o nome de partidos, mas legendas ou organizações cuja finalidade é propiciar aos candidatos legendas para concorrerem às eleições. Graves percalços enfrentaram as duas legendas oriundas do Ato Complementar nº 4. Aos atropelos homiziaram-se debaixo da "Aliança" e sob o teto do "Movimento" homens oriundos das mais diferentes matizes políticas, das mais diversificadas ideologias e credos políticos.

Envidar-se-á esforços para transformar as duas organizações em corpos políticos, senão homogêneos pelo menos disciplinarmente harmônicos. Não se encontrou denominador comum, em vista da situação pluralista reinante.

Recorreu-se a uma reconstituição das antigas agremiações, mediante sub-legendas. Estas não passavam de paliativos para regionalmente contornar problemas, amparar lideranças díspares. A medida, se teve soluções para os dois partidos em termos locais, não se pode negar que institucionalizou grupos, correntes de pensamentos divergentes para não usar a expressão de facções. Isso, no meu entender, é inconcebível dentro de um organismo homogêneo. Conhecemos nós, os políticos, os debates que se travaram nos municípios e dentro dos partidos, sob a égide de sub-legendas, onde companheiros massacravam companheiros, onde a agressão e o antagonismo internos eram maiores do que em relação à agremiação adversária.

Creio que a primeira manifestação de minha parte não poderia ser outra a perfilar ao lado daqueles que se manifestam contrários à sub-legendas para o Senado, pois esta questão foi levantada por líderes da Arena, no Congresso Nacional, nos últimos dias.

Por outro lado, em relação aos municípios, creio que dentro da atual sistemática terá que existir, para contornar dissidências, não privar lideranças de serem aliadas dos pleitos. Não aceito, todavia, o argumento de que esta medida seja benéfica ao meu partido em detrimento da oposição, pois ambos têm igualdade de condições, mas só a aceito em termos paliativos, provisórios, porque advogo também a imediata reformulação partidária.

Propugnam líderes a criação de novas agremiações, verdadeiros partidos políticos, e o participo dessa tese. Pois, para que a vida política seja estruturada em moldes reais, tem que nascer

das bases, tem que ter seu corpo ideológico, seus princípios fundamentais na tradição e história pátrias, e traduzi-los harmonicamente em programas partidários.

No instante em que transcorre o 10º aniversário que nos colocou dentro da Arena ou MDB, é justo que se faça o registro.

A posição que expendi neste comentário, são idéias exclusivamente minhas, não envolvem o pensamento das lideranças que ocupo eventualmente nesta Casa.

Finalizando, queria afirmar que existe um esforço do Governo da República em identificar-se com a agremiação, qual seja a Arena, transfere parte das realizações suas para o nosso partido, mas, sinto com toda a sinceridade, o partido não possui identidade própria. É apenas uma aliança, como o outro partido é um movimento, meramente formal para fins de legenda.

Faço votos que os líderes nacionais, dentro da visão global da hora e do momento presente, encontrem uma formulação realmente válida, séria, orgânica e transformem em verdadeiros partidos aquilo que, há dez anos, nasceu com "as atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituírem".

É válida a tese quando as lideranças maiores advogam essa reformulação que nesta Casa tomamos todos consciência de que devemos participar das discussões, em alto nível, para que a formulação dessa organização tenha abrigo no pensamento das lideranças, no nível estadual de ambas as agremiações".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Del Ciel.

— (Pausa). — Encontrando-se ausente o Deputado Del Ciel concedo a palavra, no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, queria cumprimentar os jovens estudantes que visitam o plenário desta Casa, que vieram acompanhados do ilustre Deputado Gabriel Sampaio, que realmente, na identificação por princípios, primeiro de contato e segundo, de idéias, faz com que esta Casa seja apreciada pelos jovens, que serão no dia de amanhã, os homens que nos irão substituir na execução e no trabalho, principalmente nos Legislativos nacionais.

Queríamos dizer que se falamos em "funcionário público seja ele, federal, municipal ou estadual, abrangemos uma classe pela qual entra civil e militares.

Referendando as minhas palavras ditas nesta tribuna na tarde de hoje, de que quando uma iniciativa pioneira neste Estado, iniciativa esta, feita no dia do Servidor Público Municipal, na cidade de Londrina pelo ilustre Prefeito José Richa, que sancionava uma Lei que dava aumento ao funcionalismo público municipal de Londrina, de 35 por cento. Dizia eu a esta Casa que deveria o atual Governador conceder também este aumento, aos funcionários públicos estaduais.

Hoje falamos em paridade de vencimentos, e em consequência, de fatos comprovados na atitude de alguns prefeitos municipais do MDB que teriam feito alguma coisa em sua administração, em favor do servidor público.

Nesta apresentação de provas concretas, repito o que já havia feito desta tribuna, que é tornar público, a presença do Prefeito José Richa, no atendimento às reivindicações, mesmo num sentido paliativo à família do funcionário público de Londrina.

Pedia na época uma medida correlata de S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet Júnior, e tivemos naquela tarde os apertes dos deputados desta Casa, que faziam sentir outras comunas do

Paraná, citadas por V. Exa., que inclusive foi feita referência o de Ponta Grossa, que é da ARENA, Prefeito Amadeu Puppi, que também concedeu aumento ao funcionalismo público. Então, nestes dois pesos e duas medidas, eu queria me incluir na primeira medida que é a medida da honestidade de propósito, de bem servir ao Paraná, principalmente à vontade do funcionalismo público.

Quero transmitir à Casa, a nota que está inserida num jornal, onde diz que os técnicos, nenhum profissional liberal, ou técnico de nível superior, deixa sua atividade técnica, na área privada, para entrar na administração pública, mesmo nos chamados "escalões superiores". Porque, os salários oferecidos não são compensadores. Essa foi, durante todo tempo, uma crença generalizada, responsável, muitas vezes, pelas dificuldades do governo em compor uma assessoria de alto nível, embora na formulação dos convites sempre pesaram os apelos patrióticos.

A esse plano, se é suficiente, alguns têm respondido, como o atual Ministro da Fazenda o economista Mário Henrique Simonsen, ou ao concurso emprestado pelo Ministro da Indústria e Comércio, empresário Severo Gomes, que, "certamente, devem estar percebendo salários inferiores aos que recebiam, respectivamente, no Grupo Bozzano e Simonsen e na Indústria do Vale do Paraíba.

É evidente que o setor público não está em condições de pagar um salário executivo de Cr\$ 300 mil cruzeiros mensais, como o que, dizem, recebe o diretor de uma rede de televisão, porque assim estaria atentando contra uma de suas finalidades jurídicas básicas, ou seja, de responsável pela distribuição equitativa da riqueza nacional".

E vou entrar no mérito, de alguns dos Srs. Ministros deste território, que hoje estão exercendo atividades em outras firmas, para trazer a este plenário e ao Paraná, o quanto recebem mensalmente alguns dos Srs. ex-Ministros.

"A situação começa, entretanto, a se inverter. Já podem ser encontrados, dentro do setor público, salário tão elevado, ou em condições de vantagem, quanto os pagos na área privada. Se em relação aos escalões superiores a afirmativa não é correta, a verdade é que no chamado segundo escalão, particularmente na área das empresas públicas, a situação tem melhorado significativamente.

Não passou despercebida a atitude do ex-Ministro das Minas e Energia, Antonio Dias Leite, ao aceitar o cargo no Governo Médici, optando pela manutenção dos vencimentos que recebia, na ocasião, como Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, bem maiores do que o de Ministro de Estado. O fato parece ter-se repetido com o Ministro Shigeaki Ueki, que teria também optado pelos vencimentos como Diretor de Petrobrás.

Para ilustrar esta Casa, os honorários do Presidente da Petrobrás, são estimados em 100 mil cruzeiros.

Mais adiante esta mesma nota fala nos "dois ex-Ministros Pratini de Moraes e Mário Andreazza, ambos percebendo vencimentos da ordem de 80 mil cruzeiros por mês".

Ainda com relação a esses cargos de Ministro e ex-Ministro de Estado desta Confederação, Ministro Higino Corsetti, das Comunicações, fala-se nesta nota "que não é difícil, hoje, por exemplo, convocar para a Presidência da Eletrobrás um técnico de renome no setor energético partindo da constatação de que os 50 mil cruzeiros de salário, oferecidos pelo governo, dificilmente encontrariam concorrência no setor privado. Ao que se informa 400 mil cruzeiros, seria o salário pago hoje pela Nippon Elétrica ao ex-Ministro Higino Corsetti, cujas atribuições extrapolam as fronteiras nacionais.

Mais adiante fala esta nota que "sobre um vencimento —

base, geralmente considerado incompatível com a importância dos cargos correspondentes, somam-se a participação nos lucros, a vinculação salarial com a atividade desenvolvida anteriormente (vários antigos diretores da Petrobrás continuam recebendo salários da empresa, embora prestem serviços em outros setores da administração) o exercício simultâneo de cargos, gratificações extras, acréscimos salarial, triênios, vantagens secundárias como a "mordomia", auxílio à moradia, assistência médico-dentária gratuita e, segundo observam alguns, em bom de blague "até mesmo taxas de insalubridade ou periculosidade no ar condicionado".

O que queremos nesta tarde é tão somente posicionar aquilo que pregamos em nossa campanha política, que seria a fiscalização atos do governo instituído, federal, estadual, ou municipal, fazendo com que, mesmo diante da cor partidária, nossa participação fosse no sentido de trazer a este Estado, onde temos a nossa representação, os reclamos que não são nossos, mas da família dos servidores públicos deste Estado, não representamos pelas duas Secretarias citadas anterior, a Secretaria de Segurança e a Secretaria do Trabalho. O Sr. Osiris Stenghel Guimarães de viva voz, em contacto com a nossa pessoa, transmitiu que diversos profissionais, com anos de militância naquela Secretaria, estavam abandonando seus cargos para se dedicar à atividade particular esvaziando assim, o já parco conteúdo de engenheiros técnicos do Paraná.

No setor de educação deste Estado, quem não sabe que a educação é apenas um bico de sobrevivência; quem não sabe que os salários pagos, indistintamente, a todos os professores de níveis primário, secundário e universitário neste Estado e neste país só servem como um bico a mais para a sua sobrevivência.

Neste contexto generalizado queríamos, nesta tarde, tão somente, posicionar a nossa palavra e somá-la aos reclamos das entidades de classe, aos reclamos dos sindicatos representativos de diversas camadas sociais desta União e deste Paraná. Esperamos que os apelos por eles feitos e a posição assumida pelos políticos, como este desta tarde, sejam apreciados pelos governos instituídos.

Esperamos que a palavra empenhada seja cumprida, qual seja a instituição da paridade de vencimentos, e acima sejam de tudo dados, salários compatíveis à família dos servidores públicos deste território.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados, para a verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. 1º Secretário para que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, requerida pelo Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

— (é procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 28 Srs. Deputados. Há quorum para o prosseguimento da sessão e consequente votação.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli,

constante do expediente. *Necessita de apoio.* — **Apoiado.**
Irà Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 100/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 207/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o Município de Congoinhas, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona a Casa Escolar Santa Maria do Rio Peixe, na sede daquele Município. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 101/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 209/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração com o Município de Congoinhas, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde, da sede do referido Município. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 102/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 211/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Porecatu, objetivando construção, na sede daquele Município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 103/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 212/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 104/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 214/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Wenceslau Brás, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Sebastião Paraná, na sede do referido Município. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 105/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 215/75, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior com o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando ampliação de prédios para Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido Município. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 106/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 216/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e do Interior, com o Município de Santa Izabel do Oeste, objetivando construção de prédio destinado à Unidade Sanitária da sede daquele Município. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 107/75 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 218/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Nova Esperança, objetivando reparos em diversos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino na sede do referido Município.

Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 108/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 219/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior com o Município de Rio Bom, objetivando a construção na sede daquele Município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 109/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 220/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Quatiguá, objetivando execução de melhorias nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Pedro Gonçalves Lopes e o Grupo Silvío Zanini, da sede do referido município. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 187/74, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Dr. Maury Rodrigues da Cruz. **Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 53/75, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que autoriza o Poder Executivo admitir, sob regime de CLT, servidores que por excederem o limite de idade, não foram aproveitados na categoria de Pessoal Suplementar. **Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J. e C.F. e FAVORÁVEL DA C.R.H. Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 128/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 57/75, encaminhando anteprojeto de Lei solicitando autorização para mediante escritura pública de doação, reverter ao patrimônio do município de Primeiro de Maio, a data de terreno que especifica. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 147/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 90/75, encaminhando anteprojeto de Lei que altera dispositivos da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970, na parte referente a férias do funcionalismo público civil do Estado. **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.R.H., COM EMENDAS, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão, projeto e emendas.**

Pesa sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, no seguinte teor:

“Senhor Presidente.

Requeiro, com amparo no Art. 130 do Regimento Interno, que na apreciação das emendas oferecidas ao Projeto de Lei nº 147/75, que seja votada preferencialmente a de nº 3.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1975.

a) IVO THOMAZONI

Em discussão o requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.**

Em votação o Projeto, ressalvadas as emendas. — **Aprovado.**
Em votação a Emenda nº 3. (Lê):

EMENDA Nº 3 AO PROJETO DE LEI Nº 147/75

Substitua-se o art. 3º pelo seguinte:

Art. 3º — O artigo 181 da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970, acrescido de parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 181 — As gratificações de que tratam os incisos I,

II, III, IV e V, do artigo 172, serão mantidas nos casos de afastamento previstos nos itens I, II, III, IV, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVII e XVIII do artigo 128, sendo que, nos casos de gratificação pela prestação de serviço extraordinário ou em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, o cálculo para a concessão será no valor correspondente a um doze avos do percebido nos últimos doze meses de efetivo exercício.

Parágrafo Único — As gratificações previstas pelos incisos II, III e IV do artigo 175, serão automaticamente canceladas nos afastamentos que perdurarem por mais de noventa dias”.

Curitiba, 18 de novembro de 1975.

aa) IVO THOMAZONI

FIDELCINO TOLENTINO

DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

Embora o pensamento inicial do Governo fosse conceder as gratificações por serviço extraordinário e tempo integral nas férias, após a reunião levada a efeito nesta Casa, com a presença dos signatários e do Dr. Gastão de Abreu Pires, DD. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, resolveu-se estender o benefício para os demais casos de afastamento, modificando-se para tanto, o art. 181 da Lei 6174/70, ao invés de modificar-se o art. 151, como estava previsto inicialmente.

O cancelamento automático do benefício, depois de 60 dias, foi determinado pelo fato da limitação do acúmulo de apenas dois períodos de férias, segundo o § 3º, do art. 150.

Alterando-se o art. 181, o benefício passou a atingir igualmente, os afastamentos previstos pelos incisos XI e XIV, do art. 128, ou sejam: licença especial prevista para 180 dias por decênio e que pode ser fracionada em dois períodos de 90 dias por quinquênio e licença a funcionária gestante, por três meses.

Assim sendo, não será justo que o funcionário em gozo de licença especial ou a gestante tenham seus direitos cancelados após o segundo mês, ficando trinta dias sem receber o benefício ora em cogitação.

Da mesma maneira, naquela oportunidade, não foram fixadas normas para o pagamento das gratificações por prestação de serviços extraordinários e tempo integral de que trata o presente Projeto de Lei, parecendo-nos justo que o seu cálculo seja efetuado de acordo com aquilo que o funcionário houver recebido sob esses títulos, nos últimos doze meses de efetivo exercício.

A substituição do art. 3º na forma contida nesta emenda, virá ao encontro dos reais objetivos do diálogo EXECUTIVO — LEGISLATIVO a que nos referimos acima”.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminharmos a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Esta mensagem por nós foi relatada na CCJ., e à mesma oferecemos duas emendas de números 1 e 2, que no momento não está sendo discutida face ao requerimento do Líder do Governo. Queremos nesta oportunidade, dizer e afirmar que concordamos com a emenda 3, uma vez que ela vem de encontro aos interesses, não só do Estado, como do funcionalismo público. Por isso concordamos com o requerimento, pedindo preferência na discussão da emenda 3, com o que, caso aprovado pelo plenário, ficarão prejudicadas as emendas 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça. Era este o meu ponto de vista pelo que, votarei favoravelmente à emenda número 3.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. — **Aprovada.**
a Emenda número 3.

Em consequência, ficarão prejudicadas as demais emendas.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 164/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 94/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, destinando a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar FEPPA. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — **Aprovado**, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 110/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 154/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Japira, objetivando melhorias nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 110/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Japira, objetivando execução de melhorias nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar “Coronel Joaquim Pedro de Oliveira” e a Escola Comercial “Marechal Arthur da Costa e Silva”, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

IVAN RUPPEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 156/75

Em obediência a dispositivos Constitucionais o Sr. Governador encaminha a esta Assembléia, cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Japira, visando a execução de melhorias nos prédios que especifica.

Celebrar convênio conforme dispõe o artigo 47, item IX, da Constituição do Estado, é da competência exclusiva do Sr. Governador, ad referendum da Assembléia Legislativa.

Assim sendo, opinamos favoravelmente ao plano de lei em exame, obedecidos os termos do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

IVAN RUPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 111/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 157/75, que aprova o Convênio celebrado pelo Poder Executivo através da Secretaria do Interior com o Município de Corbélia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Amâncio Moro. Parecer favorável da C.C.J. —

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 111/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior com o Município de Corbélia, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Amâncio Moro, na sede daquele Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 157/75

Mensagem do Sr. Governador do Estado transformada na presente Proposição, encaminha cópia do convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, pelo Governo, através da Secretaria do Interior com o Município de Corbélia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Amâncio Moro, na sede do referido Município.

Cumpra assim, o Sr. Governador a determinação constitucional contida no item VII do artigo 22 da Constituição Estadual.

Pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

Em discussão.

O SR. LINEU TURRA (Para discutir) — Sr. Presidente, no Projeto de Resolução 111/75, é o termo de convênio firmado com a Secretaria de Administração e a Prefeitura do Município de Corbélia, para reforma de um prédio situado na Penha, naquele Município.

Mas queria alertar os Srs. Deputados que estive visitando o estabelecimento a pedido da população e pude verificar que não há condições de reforma daquele estabelecimento.

As paredes laterais são de meio tijolo. O prédio está praticamente em ruínas. Qualquer reforma que se pretender fazer ali será dinheiro completamente jogado fora e por isso devemos medir nossas responsabilidades.

Percebo que estamos aprovando este convênio sem qualquer informação, sem qualquer verificação e esta responsabilidade de futuro irá recair sobre nossos ombros.

Já havia solicitado anteriormente à Secretaria da Administração, através desta Casa, para que verificasse a possibilidade de se construir um prédio que servisse ao Ginásio Amâncio Moro, do Município de Corbélia.

Fui informado de que houve uma doação ao Estado, através da FUNDEPAR, de um terreno destinado à construção daquele estabelecimento de ensino. Procurei saber se já havia sido formalizado o ato de doação que seria a escritura pública e definitiva em favor do Estado. Isto em requerimento, através desta Casa, datado de primeiro de outubro de 1975, e até hoje não obtive qualquer resposta.

Acredito que está havendo negligência por parte de quem de direito em responder este pedido de informações.

Trouxe, para ilustrar minha afirmativa, duas fotografias da-

quele prédio, pelas quais os Srs. poderão verificar da procedência da minha afirmação, de que será impossível, diante da nossa responsabilidade, darmos apoio a esta pretensão da reforma daquele estabelecimento.

E com isso, eu queria dizer aos Srs. Deputados que passei a duvidar da seriedade deste convênio e de futuro, neste instante, eu quero afirmar que iremos verificar como está sendo aplicado o dinheiro nesta reforma do prédio.

Irei propor a constituição de uma CPI para verificação e responsabilidade na forma da lei, daqueles que estiveram gastando indevidamente o dinheiro do povo.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Por um dever profissional e de consciência, profissional como engenheiro e de consciência como Deputado, quero fazer na oportunidade que o assunto que V. Exa. traz à baila, é de suma importância.

Gostaria de, na oportunidade, dirigir-me ao nobre líder do Governo nesta Casa e dizer que realmente tememos pelo correto emprego destas verbas.

Há algum tempo atrás, no município de Dois Vizinhos, um grupo foi completamente destelhado por um vendaval. Naquela oportunidade, como empresário, nos foi solicitado um orçamento para a recuperação daquele estabelecimento. Diversas firmas se apresentaram, e como foi um orçamento muito alto, o Governo de então, optou pela forma simplista de um convênio com a Prefeitura daquele Município.

O resultado foi desastroso, serviço mal feito, e pouco tempo depois, novamente, aquela mesma unidade se encontrava descoberta por um novo furacão. Realmente, o assunto está preocupando as autoridades governamentais, porque a técnica da assinatura dos convênios com as Prefeituras, como já fui prefeito, sei do problema, não me parece melhor. No afã de se fazer prédios mais econômicos está o Estado do Paraná, sendo dotado de unidades escolares pelo interior, sem condições não só de segurança, como também sem as condições mínimas de higiene, o que tanto apavora, e temos razão ao afirmar que estas obras feitas pelo Estado em concorrência pública, custa aos cofres do Estado, digamos dois mil cruzeiros, o que obriga às Prefeituras, construir o mesmo projeto, com dois mil ou dois milhões de cruzeiros. Reduz-se o custo pela metade e estamos a ver reformas sobre reformas. No meu município, uma unidade escolar de quatro anos, foi reformada duas vezes, é pois chegado o momento de os técnicos, responsáveis pelo setor, realmente, considerem o quanto o auxílio é válido e não a substituição total do prédio.

Tive a oportunidade de ver a fotografia do prédio, objeto do presente convênio, que realmente, não tem condições de ficar em pé, e talvez os 40 mil cruzeiros que vão ser empregados para a melhoria do prédio, sejam inúteis. Pois talvez em pouco tempo este prédio venha a se desmoronar.

O SR. LINEU TURRA — Agradeço a contribuição do Deputado Deni Schwartz.

E realmente V. Exa. tem razão, porque essas reformas nem sempre atingiram aos objetivos propostos. Elas apenas estão dando uma feição aparente ao prédio reformado.

É o que estamos percebendo. E até temos ouvido comentários de prefeitos que estão recusando aceitar esses convênios, porque entendem-nos como completamente inúteis.

O SR. DÁCIO LEONEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, primeiramente, quero agradecer a gentileza de V. Exa. por me conceder este aparte.

Mas, devo confessar que me causou estranheza a dúvida de V. Exa. a respeito desses convênios.

O convênio que está sendo abordado por V. Exa. do qual trata o Projeto de Resolução 111/75, refere-se, especificamente a um convênio celebrado pelo Poder Executivo, através da Secretaria do Interior, com o município de Corbélia, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Amâncio Moro. Portanto, o convênio é com a Secretaria do Interior e não com a Secretaria do Interior, e não com a Secretaria da Administração. Até então, os convênios eram feitos através da Secretaria do Interior, com execução pelo Departamento de Obras. Mas, atualmente, esses convênios são efetuados através da Secretaria de Administração.

E sabemos da necessidade de que o Estado se faça presente nos prédios públicos deste Estado. E tanto é verdade que a Secretaria da Administração, num curto espaço de tempo, elaborou 400 convênios no Estado.

E quando o Estado preocupa-se, nobre Deputado, em solucionar os problemas mais graves, através de reparos tão necessários nos prédios públicos, não se justifica a crítica que faz, neste instante. V. Exa., desta tribuna, da tribuna desta Casa de Leis. Como que a pedir que o Estado não fizesse esses reparos, através de convênios. Isso é praticamente impossível, é impossível o Estado, diretamente, fazer esses reparos.

Imaginemos, Sr. Deputado, que ao invés desses 400 convênios, o Estado se pusesse em campo para construção de 400 novos prédios. Isso seria totalmente impossível.

Esses convênios são feitos, inicialmente, vendo-se da necessidade, seja da escola, seja do prédio para Delegacia, seja para Unidade Sanitária, é feito um levantamento, com orçamento através de engenheiros. Esses orçamentos depois, são encaminhados à Secretaria de Administração, com todos os dados e valores para as despesas dessas reformas. Só depois, então, é que a Prefeitura do município, através da sua Casa de Leis, prepara a lei que permite a assinatura desse convênio com o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração.

Na ocasião da assinatura desse convênio, o Estado do Paraná, fa a entrega de 50 por cento do valor do convênio, pagando os outros 50 por cento no final da obra, quando então, as Prefeituras Municipais, através desses Convênios e recebendo essas importâncias através da administração direta, ou em concorrência, ou tomada de preços, elas poderão realizar essas obras e prestar contas junto ao Tribunal de Contas do Estado. Como vê V. Exa. eu não encontro, em momento algum, uma válvula ou fenda onde se possa falar em seriedade dos convênios. Entendo que o que V. Exa. deseja, e que todos nós efetivamente desejáramos, é que por este Paraná, ao invés de 400 reparos, se fizesse 400 novos prédios. Mas, não havendo essa possibilidade, esse suporte financeiro, entendo que o governo deva mostrar sua presença em todos os municípios, reparando instalações elétricas, às vezes de alto perigo, reparando instalações sanitárias, dando pelo menos condições a que esses prédios possam ser utilizados.

Meu aparte, Sr. Deputado, é apenas porque o assunto foi generalizado. Quando V. Exa. iniciou, enfocando apenas o prédio público de Corbélia, nós não conhecemos, não sabemos nem o valor da concorrência, apenas temos em mãos o projeto que consta da pauta dos trabalhos de hoje, e também o parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça. Então, não se generalize o problema, procurando dar-se uma imagem distorcida do homem que está à frente da Secretaria de Administração e de um governo que tem trabalhado para procurar dar melhores condições a seus prédios públicos neste Paraná. Não me parece,

Sr. Deputado, que estejamos fazendo Justiça.

Por enquanto, era o aparte que daria a V. Exa., cumprimentando-o por preocupar-se com referência ao prédio de Corbélia, que, repito, não conhecemos, mas apenas pedindo a V. Exa. que medite conosco a respeito deste assunto e que procure entender que a iniciativa do ato do Secretário de Administração, é a melhor possível, e de forma nenhuma, se ponha em dúvida a seriedade dos convênios realizados.

O SR. LINEU TURRA — Agradeço o aparte do eminente Deputado, e quero dizer que este é o ponto de vista de V. Exa. O meu ponto de vista é outro. Parti de um particular conhecido para um geral desconhecido, de forma que meu raciocínio é este. Parto do que conheço para chegar onde não conheço. De forma que conheço esse fato e parto desse fato para atribuir a outros a possibilidade de casos semelhantes. Não estou dizendo que seja generalizado, não estou afirmando. Estou apenas dizendo que isso nos leva até a pensar numa falta de seriedade dos convênios, porque não adianta que alguém com responsabilidade, venha pretender gastar 40 mil cruzeiros num prédio como este, que está em ruínas. Aqui estão as fotografias para que os Srs. Deputados verifiquem. Então, 40 mil cruzeiros num prédio onde 170 alunos frequentam e que não tem condições de comportar esses 170 alunos, como é que se pode fazer uma reforma aí? Para comportar esses alunos, teria que ser aumentado o prédio. Estou afirmando que o prédio não tem instalação sanitária, é chão batido, é construção de meio tijolo, não tem telhas, está praticamente em ruínas. De forma que, gastar dinheiro num prédio desses, com reforma, é querer enganar o povo. Não estou dizendo que todos os convênios sejam assim. Tenho votado pela aprovação de outros convênios, jamais me levantei para votar contra um convênio, mas conhecendo esse fato, quero dizer que meu ponto de vista é de que podem existir casos semelhantes. Esse o motivo que me leva a solicitar a constituição de uma Comissão Parlamentar, para verificar com exatidão a aplicação dos dinheiros públicos, porque é direito que nos assiste como Deputados. Se V. Exa. não quiser acompanhar os atos e fiscalizar, o problema é de V. Exa.

Agora, o nosso problema é este. Estamos aqui, não para criticar o Governo e nem dizer que está malbaratando os dinheiros públicos, apenas para dizer que não concordamos com fatos como estes, e pensamos, que diante disto, existem fatos semelhantes. Foi isto que afirmei, afirmo e reafirmo a V. Exa. para ficar bem esclarecido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O meu aparte ao nobre Deputado Lineu Turra ensejou um contra aparte do Deputado Dácio Leonel.

E, agora, quero fazer uma profissão de fé anti-convênio. Fui prefeito e sempre fui contra convênios. Acho um absurdo o tal convênio com as Prefeituras. 90 por cento de nossas Prefeituras não têm estrutura para fiscalizar uma obra. Ao entregarmos dinheiro a uma Prefeitura o que estamos fazendo é procurar sonegar impostos, INPS e uma série de outras coisas. É por isto que uma obra parece sair mais cara para o Estado.

Sou contra todo e qualquer convênio do Tribunal de Justiça para fazer forum. Não é atribuição do município construir forum. Não é atribuição do município fazer justiça e é até injusto que a sede uma comarca, muitas vezes, seja obrigada a pagar aluguel de forum e entrar com dinheiro no pagamento da construção. Não é atribuição do município construir para o Es-

tado. É graças a estes fatos que hoje o Governo está fazendo e louvo o Governo e concordo com o Deputado Dácio Leonel, reparos em quatrocentos unidades escolares. É economia feita ontem, que traz prejuízo hoje.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado Deni Schwartz V. Exa. foi prefeito e é engenheiro, portanto conhece perfeitamente o assunto que discute da tribuna. Sabemos, também, que sempre que V. Exa. vai a ela discute sobre assunto que, realmente conhece.

Quero, nesta oportunidade, dizer a V. Exa. que penso de maneira contrária ao que pensa V. Exa. com relação aos convênios.

É entendimento meu que sempre que o Estado puder, e já disse isto várias vezes, deve fazer uso, na forma legal, dos convênios com os municípios, com as Prefeituras para a execução de reparos, ampliação e pequenas construções. Esta é a maneira mais prática, mais rápida de atendimento e principalmente é a maneira mais econômica de atender as necessidades mais urgentes e prementes.

Outros Deputados disseram a V. Exa. o número desses serviços. Os serviços desta natureza se faz, atualmente, por todo o Estado. Realmente, estão sendo feitos. Anteriormente eram feitos pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, através do DOE e, agora, através da Secretaria da Administração. Pedi este aparte, para dizer a V. Exa. que o meu pensamento é contrário ao de V. Exa. porque nós devemos, o Estado deve e precisa, no meu entendimento, sempre que possível que aplicar os seus recursos financeiros juntamente com as municipalidades, porque os Prefeitos, quase sempre pessoalmente acompanham as compras, dos materiais, comprando-os por preço menor, quanto à qualidade, quanto à administração, aos serviços, à técnica empregada, ao material empregado; daí no próprio convênio ser prevista a obrigação da fiscalização dos serviços — o Estado, a Secretaria conveniente com o município que deu o dinheiro — mas não exclui a obrigação do município subordinar-se à fiscalização da Secretaria do Estado.

Daí eu pedir o aparte a V. Exa., para dizer o que penso de convênios que estão sendo feitos. Deve continuar desta forma, principalmente nos serviços de reparos, de ampliações pequenas, de pequenas obras. Devem as Secretarias, sempre que possível, aplicar seus recursos, com as municipalidades.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço, nobre Deputado, é um direito de V. Exa. discordar do meu ponto de vista. Mas meu ponto de vista é que, esta recuperação destes prédios, primeiro, devia ser vista com todo carinho porque muitos prédios — e eu acredito que o caso de Corbélia sejam um — não compensam esta recuperação porque, mesmo assim, eles trarão problemas; em segundo lugar, acho que esta nossa discussão é para abrirmos um novo horizonte. Às vezes o convênio faz com que as obras construídas tenham necessidade de serem, em curto prazo, recuperadas.

Também me permita discordar de V. Exa., com relação ao fato de que, indiretamente quase que acuse os próprios encarregados do Estado, de não conseguirem material mais barato do que o Prefeito. Parece-me que estamos entrando numa fase em que as atribuições devem ser definidas. Justiça deve ministrar a justiça; se o prédio é estadual, me parece que deveria ser só estadual, assim como ensino primário, que, pela lei é prevista, pelo município, deveria ser só do município.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, em primeiro lugar, parece-me que em dado momento do seu pronunciamento, V. Exa. colocou em dúvida a responsabilidade técnica de nosso colega, porque uma obra de preço mais alto ou de preço mais baixo, jamais poderá chegar a por em risco a responsabilidade de quem a construiu. Então neste particular, devo me pronunciar contrário a V. Exa., porque em nenuma das obras que eu tive conhecimento, construídas sob a responsabilidade dos engenheiros do Departamento de Edificações, vi problemas desta natureza.

Em segundo lugar, V. Exa. se colocou em posição radicalmente contrária aos convênios firmados entre o Estado e os municípios e não conseguiu, não teve a felicidade de conseguir justificar sua posição, porque nós exemplificamos, para sermos mais objetivos, mais práticos, os convênios que são celebrados entre o Estado e o município, por exemplo delegacias de Polícia. É sabido que o Estado já não tinha mais condições de permanecer dentro daquele cronograma e orçamento de obras previsto até 73, com a qualificação e com o custo daqueles projetos de primeira até 4ª, 5ª categoria até e com o mesmo preço, o Estado se pronunciou diante de vários prefeitos que conosco discutiram a matéria e estes prefeitos se propuseram, pelo mesmo custo de obra e pela mesma qualificação, cuja qualificação ficava sendo cobrada fiscalizada pelos engenheiros do Estado, porque estas obras são controladas e recebidas pelo Estado e o Estado, permaneceu, elaborados estes convênios, com o mesmo custo e a mesma qualidade. Então, acho que o município trouxe ajuda para o Estado, para o custeio mais baixo, custo mais baixo, na mesma qualificação.

Como engenheiro que somos, seja esta uma forma de construir, não para o estado, nem para o País, porque discordo mais uma vez do ilustre colega quando disse que o Estado é Estado e o município é município.

Acho que tanto o Estado como o município nos casos de obras do judiciário, temos responsabilidade comum a todos os Poderes e órgãos, quer do Estado e quer do município, é edificar em benefício da coletividade. Um prédio escolar deve ter a finalidade precípua de servir a educação e não ao município, ao Governo Federal e ao Estado. Deve o município colaborar para que seja edificado em benefício da população e estes convênios têm sido a melhor forma encontrada até aqui para todos aqueles que têm atribuições convergentes e até superpostas, no caso do município, o município é responsável, do Estado é responsável, da união é responsável.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte que me dá uma oportunidade excelente para esclarecer o que quero dizer neste encaminhamento de votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. sabe, como Prefeito que foi, dinâmico e trabalhador, que com seus conhecimentos conseguiu, graças à boa contagem do povo vir a esta Assembléia como seu legítimo representante, sabe que estes convênios feitos com as Prefeituras os Srs. Prefeitos merecem aquele voto de confiança do Poder Maior do Estado, o Poder Executivo, aue procura também desburocratizar o processo. Assim estes convênios são feitos diretamente entre Governo e Prefeitura.

V. Exa. como Prefeito que foi, honrado, honesto, trabalhador e dinâmico, não estaria procurando senão aplicar o dinheiro do povo em benefício do mesmo povo.

E quando o Governo procura através dos dignos prefeitos do MDB e da ARENA aplicar o dinheiro do povo em reformas do próprio Estado, está procurando uma maneira mais fácil para

atender às necessidades do povo do Paraná. Porisso não podemos concordar com V. Exa. e fazemos um apelo, em nome dos Prefeitos do interior paranaense e V. Exa. como Prefeito que foi sabe que aplicam aquele dinheiro que é examinado pelo Tribunal de Contas e é porisso que estes convênios devem ser feitos diretamente, sem burocracia para que o dinheiro do povo seja aplicado em benefício do próprio povo.

Por este motivo, Sr. Deputado, V. Exa. não pode contestar este convênio que é legítimo. Pedimos a V. Exa. este voto de confiança aos Prefeitos do Paraná e ao Governador do Estado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Gostaria, nesta oportunidade, de responder ao aparte do Deputado Quielse Crisóstomo, que não se encontra presente, dizendo que concordei com o Deputado Dácio Leonel, da necessidade de que o Governo, num plano de emergência, viesse a colaborar com 400 unidades escolares. Este número é que chama a atenção, e todos os dias ouvimos desta tribuna que o progresso do Paraná se deve aos últimos dez anos.

Portanto, esses prédios deverão ter menos de dez anos e já temos que reformar 400 unidades. Este número é que chama a atenção.

Mas quero dizer a V. Exa. que sou contra convênios, e vou citar um caso.

Num município como Santa Helena, onde foi criada comarca, o Prefeito, tenho certeza, será obrigado a construir o fórum em cada município. Como aconteceu em Realeza, o Prefeito será obrigado a construir o fórum e casas para juiz e promotor.

Mas eu pergunto, aqui em Curitiba, a Prefeitura que é rica, alguma vez construiu um palmo sequer para residências de juizes, promotores ou para o fórum? Em Londrina, eles vão pedir ao Prefeito para construir o fórum? Há convênios em Ponta Grossa para construir o fórum.

É isso Srs. Deputados, que chamamos a atenção dos Srs. É porisso, que eu vejo com maus olhos os convênios leoninos assinados com a Prefeitura. Fora as reformas feitas nos anos anteriores e nós sabemos através da FUNDEPAR, muitos desses mesmos colégios, já foram reformados.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que tem 17 minutos para concluir sua oração.

O SR. DENI SCHWARTZ — Tem o aparte o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço a concessão do aparte. Mas como dizíamos em nosso aparte, V. Exa. está misturando alhos com bugalhos.

Não é a FUNDEPAR que está realizando convênios, é a Secretaria de Educação.

E nós estamos, como disse o líder, agilizando os problemas governamentais, agora vem V. Exa. procurar cercear o direito dos prefeitos, em receber o dinheiro na boca do cofre para fazer reparos?

Que mal cabe a este Governo?

Há dez anos passados, o Dr. Jayme Canet não foi Governo. Nós temos que olhar os vidros quebrados, aqueles sanitários que não funcionam nobre Deputado, nós precisamos criticá-los, então que o Governo está fazendo. Ele deve solicitar aos Prefeitos que façam um orçamento dentro do complexo do próprio DOE, e tragam os orçamentos, que é liberado e pago na boca do cofre, 50 por cento.

Não pode V. Exa. criticar, quando o Governo procura reformar os cofres do Estado. V. Exa., nobre Deputado, como

homem consciente, não pode neste momento, recusar um convênio deste. Então V. Exa. está se opondo contra 299 Prefeitos do Paraná, que fizeram convênios com a Secretaria de Educação. Não é Londrina, não é sua cidade, não é Ibaiti, é todo o Paraná.

E agora vem V. Exa. à tribuna revoltar-se contra este estado de coisas, quer dar um voto de desconfiança aos Prefeitos do Paraná.

E V. Exa. pode fazer uma consulta aos Prefeitos e verificará que a Secretaria de Administração dá 50 por cento no início e o restante quando a obra estiver devidamente concluída.

Como vê V. Exa. o problema não é regional. V. Exa. me perdoe, "mas errar é humano, perdoar é divino".

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Concedo aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço a V. Exa.

Mas, nobre Deputado, não pude acompanhar o pronunciamento de V. Exa. desde o início, porquanto cheguei ao final da sessão.

Mas, deduzi, que V. Exa. argumenta contrariamente aos convênios firmados.

Nobre Deputado, algumas coisas concordo com V. Exa., com relação a estes convênios. Mas, esses convênios firmados através da Secretaria da Administração, são os melhores até agora que se firmaram. Também acho que muitos municípios estão sendo seriamente prejudicados com uma série de convênios. Mas esses convênios, através da Secretaria da Administração são convênios que visam atender realmente os Prefeitos. Porque, a Secretaria de Administração manda fazer o levantamento de uma obra, entrega 50 por cento no início dela e o restante depois da obra concluída.

E V. Exa. há de convir que se o Prefeito souber administrar bem, pode até economizar aos cofres do município.

V. Exa. faz referência a 400 prédios, mas é preciso que se observe que são 289 municípios e essa ajuda, tem sido para grupos escolares e também para Delegacias de Polícia e outros próprios do Estado.

Quero concordar com V. Exa. quando critica os grandes municípios que, quando necessitam de alguma coisa, não dão participação nenhuma, nem terreno dão. Como é o caso de Curitiba, e nós já abordamos isto, é necessário que haja participação também dos grandes municípios. Porque o pequeno quando quer qualquer coisa tem que dar sua contribuição. A própria Secretaria de Educação, a FUNDEPAR, está exigindo agora a participação das prefeituras, como é o caso de Curitiba.

Sabe V. Exa. da luta do nosso homem do interior, quando um Prefeito deseja a criação de uma comarca, ele se sujeita a tudo. Faz doação, se obriga a participar para não perder sua comarca. Mas nas grandes cidades, a cidade pleiteia, por exemplo, uma Vara a mais, e o Estado é obrigado a dar, criar, em virtude do aumento da população.

Portanto, nobre Deputado, concordo com V. Exa. que os grandes municípios têm que dar sua contribuição. Mas, discordamos no que se refere aos convênios firmados através da Secretaria da Administração que são os melhores convênios que, realmente, estão ajudando as Prefeituras Municipais.

Muito obrigado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Primeiramente desejo responder ao aparte do Deputado Gilberto Carvalho, depois concederei aparte a V. Exa.

Nobre Deputado, V. Exa. disse bem que não ouviu a primeira parte do meu pronunciamento. Não estamos aqui para criticar os convênios. Louvamos, inclusive, a atitude do Governo em fazer esses reparos, mas, estranhemos que haja um número tão elevado de prédios que necessitam ser reformados. E afirmamos aqui, que se deve estudar mais atentamente os convênios de construção, porque, talvez, esse número seja elevado fruto de convênios anteriores que, para se economizar, se fez através de Prefeituras, em prédios que talvez tenham sido mal feitos.

Estamos atônitos com o número de obras a serem recuperadas no Estado. Esses reparos devem ser examinados, analisados, atentamente pelo Governo, porque as obras estão deteriorando em tão pouco tempo e o Governo se vê obrigado — estamos louvando o Governo — a gastar tanto dinheiro.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, nós que já o conhecemos dos bancos escolares da Faculdade de Engenharia, sabemos de sua capacidade administrativa. Imaginamos o que foi sua gestão como Prefeito Municipal.

Mas, pelo seu pronunciamento, verificamos a generosidade com que V. Exa., na Prefeitura de Francisco Beltrão, fazia seus convênios.

Porque um convênio, por exemplo, com a FUNDEPAR, como V. Exa. que entrou com 45 em 5, não é um convênio justo e V. Exa. foi generoso.

Em relação às placas, hoje o Estado é que inaugura junto com as Prefeituras, as obras feitas em convênio. Diga-se de passagem, que nós verificamos, em nossa missão fiscalizadora, o interesse tanto do Estado como do Município, antes, durante e depois, na manutenção das obras construídas em convênio.

V. Exa. poderá verificar um detalhe: o município que participa na construção de uma obra, evidentemente, está mais próximo para melhor fiscalizar a conservação e construção da obra. É mais um dado que queria aditar ao meu pronunciamento, a respeito das vantagens de uma obra pública ser construída, também com a participação do município.

Queremos ainda informar que é evidente que em alguns casos de recuperação, não é recomendável a reforma, mas o Estado está tomando providências. Verificamos que em muitas obras onde foram solicitadas reformas, através do Prefeito, os engenheiros não receberam dentro do plano que é encaminhado à Secretaria para liberação da verba, porque tal obra não justifica a recuperação. São incluídas com obras novas, a serem construídas.

Queríamos dizer a V. Exa., com relação à sua preocupação que realmente existem obras do Estado que não devem ser qualificadas no rol daquelas de recuperação, muitas vezes até de demolição, como aquela no Município de Lobato, que tinha uma obra que teve de ser demolida. Então partiu-se para uma construção nova, porque aquela, ainda feita pelo Estado, construção de madeira, teve que ser condenada praticamente, porque não tinha mais condições de recuperação.

Agradeço o aparte, Srs. Deputado.

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre orador que está na tribuna que tem apenas cinco minutos para concluir seu pronunciamento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Srs. Deputados, quando viemos à tribuna, viemos com o propósito de alertar o Governo do Estado para os números que achamos assombrosos, de obras a recuperar.

Não viemos à tribuna com o sentido de crítica, e sim, pa-

ra louvar o Governo por ter achado uma fórmula rápida, segundo ele, eficaz para recuperar esses prédios. Não pretendíamos polemizar, mas me parece que assim estamos cumprindo nossa missão como homens que devem fiscalizar a boa aplicação dos dinheiros públicos.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Embora sabendo que seu tempo está praticamente nos últimos minutos, gostaria de analisar, como homem que sofreu o problema na carne quando Prefeito Municipal, sobre fatos de participação dos municípios nas obrigações do Estado.

Verifica-se inclusive, observando a denúncia do Deputado Linue Turra, que além desses convênios levarem sangria às economias já recalçadas dos municípios, aplica-se através deles, recursos que não existem para recuperação de obras que não tem condições de serem recuperadas.

Desta feita a premissa do Deputado Linue Turra é uma das mais imporgante para que se estude os convênios, antes de discutí-los e aprová-los nesta Assembléia. Seria interessante que se juntasse com currículo da obra, com justificativa para o pedido do convênio. Que os Srs. Deputados antes de lançarem o seu veredito, aprovando ou não, conheçam de perto, se nestas obras merecem ser aplicados dinheiros públicos para a reforma.

A grande verdade é que há um esvaziamento da economia municipal que é visto, previsto, sentido e palpado. Os municípios do Paraná estão cada vez mais pobres.

90 por cento dos municípios estão empenhados, inclusive Santo Antonio da Plarina onde fomos Prefeito por cinco anos. O Prefeito atual está em fase até de renunciar a prefeitura, porque arcou com obrigações do passado de construir casas para promotor público, para juiz, reforma de prédios para o Estado através de convênios.

V. Exa. está de parabéns ao abordar assunto com tanto conhecimento, conhecimento que não poderia faltar porque já passou por uma Prefeitura e sentiu quanto o Estado obriga da Prefeitura a economia.

Oxalá esta Casa acorde no sentido de que os convênios quando vierem a esta Casa, venham justificados se convém ou não a instalação destes convênios.

Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, agradeço a gentileza de V. Exa.

De início não pretendo contra apartear, mas estranho quando o prezado Deputado Lúcio Machado afirma que existem Prefeituras empenhadas com o compromisso de reformas de prédios.

O assunto já foi devidamente esclarecido. Estas reformas de prédios são feitas com todos os recursos do Estado do Paraná. As Prefeituras não lançam mão de nenhuma parte de seu orçamento. Todo o valor desses convênios são através do Governo do Estado do Paraná, pela Secretaria da Administração.

Sr. Deputado, anotei quatro tópicos, e é lamentável que estejamos no final de seu tempo. Um deles é quando V. Exa. faz referência que estranha o número elevado de prédios para se fazer a recuperação. Ora, Sr. Deputado, o número de prédios públicos que o Estado possui vão além destes 400 que estão para ser recuperados, e existem mais e que foram construídos muito tempo atrás.

Cito, como exemplo, num dos meus municípios, o município de Castro, dois prédios que estão em processo de reforma e que foram construídos há quarenta anos atrás, o Grupo Escolar,

Vicente Machado e o Hospital Bom Jesus. Vê V. Exa. que são prédios construídos aquela época e portanto hoje estão precisando de reparos, principalmente no setor elétrico, no setor especial de higiene e instalações sanitárias.

Outro aspecto que V. Exa. abordou, foi no sentido de que aqui está se dando um atestado de incapacidade às administrações.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica ao obre orador que seu tempo está esgotado, porém lhe concede mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço Sr. Presidente, mas eu gostaria de ouvir o término do aparte do nobre Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Entendemos assim, de que se estejamos dando um atestado de incapacidade às administrações, aos engenheiros que fazem estes orçamentos, que fazem os velamentos, como profissionais, quando, o que fazem é exatamente aquilo que o prédio necessita num sentido de reforma, e assim dando condições de funcionamento aos prédios, ao menos as mais importantes.

Falou-se que Prefeitos estão fugindo a convênios; por outro lado, estão procurando firmá-los. Eu li na Secretaria da Administração, um ofício enviado pelo Prefeito José Richa, de Londrina, pedindo Londrina que fosse incluída em convênios. Nós estivemos, já num trabalho anterior, pedindo ao DEO, reparos ao Ginásio Moraes de Barros, a reivindicação foi à Câmara a fim de que estes convênios fossem feitos.

Olhamos este assunto com os pés no chão.

Procuramos colher por este Paraná afora a opinião de professores em cujos estabelecimentos escolares estão sendo feitos reparos e em todas percebemos satisfação, e alegria.

A impressão que estou tendo aqui — não entenda isto, V. Exa., como demagogia, é que “na verdade, quando pior, melhor para se combater parece que é a verdade — é que o Governo procura fazer sentir as necessidades imperiosas destes problemas, o que parece estar marcando pontos ao Partido do Governo, e quando isto acontece, quer me parecer, traz críticas a esta Assembléia. Mas o povo, os professores destes estabelecimentos, todos estão satisfeitos com o que o Governo está fazendo.

Gostaria, nobre Deputado, de fazer mais algumas considerações, porém não vou me alongar a fim de não retardar a sessão, mas pelo menos fica aqui nosso pensamento, e agradeço profundamente a atenção de V. Exa. em me conceder este aparte.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para finalizar, gostaria de pedir ao nobre Deputado Dácio Leonel, que após a sessão, solicitasse a leitura das notas taquigráficas, em que este Deputado louva o atual Governo por haver feito este planejamento.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

OSR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário procederá a chamada

O SR. 1º Secretário — procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. IVO THOMAZONI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Acham-se presentes 28 Srs. Deputados. Há quorum para discussão e votação. Prossegue a votação do Projeto 111/75. Os Srs. Deputados que estão de acordo, queiram permanecer como estão. — Aprovado.

O SR. LINEU TURRA — Peço verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que aprovam o Proje-

to de Resolução 111/75, queiram se levantar.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, V. Exa. está colocando em votação inversa para verificação de quorum a Proposição 111/75. Quer me parecer que os Deputados não estavam alertados para a inversão.

O SR. PRESIDENTE — Para dirimir dúvidas, a Mesa coloca em votação o Projeto de Resolução 111/75. Os que estão de acordo queiram levantar. 14 votaram a favor. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 112/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 175/75, que aprova convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria de Administração e o Município de Engenheiro Beltrão, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino na sede daquele Município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 112/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 29 de julho de 1975, entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração com o Município de Engenheiro Beltrão, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar e Ginásio Estadual, na sede daquele Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 175/75

Mensagem do Governo do Estado, transformada na presente Proposição, encaminha cópia de Convênio celebrado em 29 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Engenheiro Beltrão, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar e Ginásio Estadual, da sede do referido município.

Cumpr, assim, o Senhor Governador a determinação constitucional contida no item VII, do artigo 22, da Constituição Estadual.

Pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 113/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 185/75, que aprova Convênio celebrado pelo Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de São Jorge do Ivaí, objetivando execução de reparos em prédio onde funciona estabelecimento de ensino na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 113/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração, e o município de São Jorge do Ivaí, objetivando-se a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Marcia Vaz Tostes de Abreu, da sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 185/75

Mensagem do Governo do Estado, transformada na presente Proposição, encaminha cópia de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, pelo Governo, através da Secretaria da Administração, com o município de São Jorge do Ivaí, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Marcia Vaz Tostes de Abreu, da sede do referido município.

Cumpra, assim, o Senhor Governador a determinação constitucional contida no item VII, do artigo 22, da Constituição Estadual.

Pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 114/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 222/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de Quatiguá, objetivando reparos no prédio que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 114/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Quatiguá, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Pedro Gonçalves Lopes", o Grupo Escolar "Sílvio Zanini" e o Posto de Saúde, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 222/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 70/75, de 29 de setembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 28 de agosto de 1975, pelo

Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Quatiguá, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Pedro Gonçalves Lopes", o Grupo Escolar "Sílvio Zanini" e o Posto de Saúde, da sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 115/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 232/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Jardim Alegre, objetivando execução de reparos em prédio estadual conforme especifica. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 115/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 22 de julho de 1975, entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração e o município de Jardim Alegre, objetivando-se a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar D. Pedro I, da sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 232/75

Mensagem do Governo do Estado, transformada na presente Proposição, encaminha cópia de Convênio celebrado em 22 de julho de 1975, pelo Governo, através da Secretaria da Administração, com o município de Jardim Alegre, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar D. Pedro I, da sede do referido município.

Cumpra, assim, o Senhor Governador a determinação constitucional contida no item VII, do artigo 22, da Constituição Estadual.

Pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 154/75, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública a Aliança Cultural Brasil - Japão do Paraná, com sede na cidade de Londrina. Parecer favorável da CCJ. , Em regime de urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 154/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a "Aliança Cultural Brasil - Japão do Paraná", com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1975.

a) JÓRGE SATO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Da análise dos seus estatutos, que anexamos ao presente, deduzimos ser de justiça a declaração de utilidade pública, pois que a entidade vem contribuindo dentro das suas finalidades, com a comunidade de Londrina, e de todo o Paraná.

Isto exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 154/75

De autoria do nobre Deputado Jorge Sato, o presente Projeto de Lei visa declarar de utilidade pública a Aliança Cultural Brasil - Japão do Paraná, com sede e foro na cidade de Londrina.

Da análise da justificativa apresentada e da "documentação que o acompanha", temos que o presente Projeto de Lei preenche as exigências legais, requeridas pela legislação Estadual e Federal, reguladora da matéria.

Isto exposto, o nosso parecer é pela aprovação.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) FABIANO BRAGA CORTES — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Antonia Maria de Siqueira, ocorrido na cidade de Jaboti. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Angêlo Agostinho, ocorrido em Santo Inácio. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, bem como ao Sr. Governador do Estado, encaminhando sugestão no sentido de que seja determinado o levantamento, estudo e projeto para implantação e aproveitamento da terra nos municípios de Bituruna, Porto Vitória e Cruz Machado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro dos Transportes, Secretário dos Transportes e Diretor do DNER, com sede no Rio de Janeiro, encarecendo a construção de um trevo na rodovia que liga Campo Mourão a Cascavel. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni,

constante do expediente, solicitando a designação de dois Srs. Deputados para representar esta Assembléia no Simpósio sobre Política urbana, que será realizada em Brasília nos dias 25, 26 e 27 do corrente mês. — Aprovado.

A Mesa designará os dois Srs. Deputados, na sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Governador do Estado, propondo a criação da ERUPAR, S/A. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Senadores e Deputados Federais da Bancada do Paraná, encarecendo o irrestrito apoio ao Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional, que proíbe a propaganda de fumo e de bebidas alcoólicas, bem como ao que obriga os fabricantes a colocação de um aviso impresso nos maços de cigarros, sobre o perigo do câncer. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do expediente, solicitando voto de aplausos e congratulações ao Doutor Cândido Manoel Martins de Oliveira, pela maneira patriótica com que orientou seu programa de televisão em data de hoje, pelo Canal 4 — TV Iguaçu, quando com muitas felicidades significou as realizações do Governo Revolucionário. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a sessão de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 187/74, 53/75, 128/75, 147/75, 164/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 110/75, 111/75, 112/75, 113/75, 114/75, 115/75 e de Lei nº 154/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 116/75, 117/75, 118/75 e 119/75.

Marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 21, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 26/74, 9, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84/75 e dos Projetos de Lei nºs 57/74, 184/74, 57, 106, 108, 109, 110, 111, 113, 116, 120, 121, 122, 126 e 127/75.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA Nº 622/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

I - designar, GAUDENCIA GIL TEIXEIRA, matrícula 262, ocupante do cargo de nível PL 23, de oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços — no Gabinete da Liderança da "ARENA".

Gabinete da Diretoria Geral em 18 de novembro de 1975

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.